

ALDO ROSSI: A ARQUITETURA DA CIDADE

*ANTONIO CASTELNOU

Este texto consiste na resenha do livro "L'Architettura della Città", do arquiteto italiano Aldo Rossi, na qual se procura apresentar suas principais idéias e, ao mesmo tempo, fazer uma apreciação crítica de seu trabalho, considerando de fundamental importância no panorama da atualidade.

Nascido em maio de 1931, Aldo Rossi é considerado um dos maiores expoentes da arquitetura contemporânea. Pertencente a uma geração de arquitetos que questiona os princípios do Movimento Moderno da primeira metade do século XX, ele publica seu livro em 1966 onde ressalta a natureza multivalente da arquitetura que, para ele, deve ser compreendida como fator de mobilização e de comprometimento. A arquitetura fica sendo entendida como referência fixa de vida, que, ao ser revelada pela luz, torna-se natureza.

Rossi é um dos defensores da prática arquitetônica contextual, na qual a história é fonte inesgotável de inspiração. Seu procedimento compositivo é definido pela junção de alguns arquétipos - formas elementares tiradas da geometria através do filtro histórico, tais como cilindros (colunas), triângulos (frontões) e quadrador (janelas). Estes tentam se identificar com imagens mentais da "memória coletiva", resultado do conhecimento.

Através da imprevisibilidade e da complexidade de conexão desses elementos, o que ocorre por tangência ou por compenetração, Rossi utiliza essa tipologia para carregar suas imagens de referências da memória e de solicitações inconscientes, numa tentativa de reconhecimento e de construção da realidade urbana. Segundo PORTOGHESI (1985), na arquitetura russiana, a tarefa de tornar o objeto falador e surpreendente é conseguida, analogamente, através da firmeza e da riqueza de associações que provoca.

Num contínuo redesenhar de elementos fixos, como pórticos, galerias, cones e colunas cilíndricas, a arquitetura de Aldo Rossi se destaca pelo extremo rigor e pela simplicidade na composição que, conforme BRAGHIERI (1981), não devem se confundir com esquematismo. Para ele, o desenho não é nunca um fim em si mesmo, é sempre arquitetura, porque reflete uma condição, um momento da própria vida, na realidade.

E para aqueles que consideram o trabalho de Rossi uma imitação ou mera repetição, ele mesmo coloca: "Existem na arquitetura, como em outras técnicas, resultados que se transmitem e que lhe pertencem; também existe a cópia do que é pessoal e que, se é feita pelos melhores, é uma prova de carinho e de autêntico testemunho (...) O fenômeno das transmissões do pensamento, do que chamamos de experiência, do mundo mesmo das formas, não está ligado a um programa ou uma moda, e quiçá menos a uma escola" (ROSSI, 1981. p.114)

* Docente na área de Teoria e História da Arquitetura do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Estudos Superiores de Londrina e da Universidade Estadual de Londrina.

A CIDADE COMO OBRA DE ARTE

Segundo ROSSI (1971), haveria algo na natureza dos fatos urbanos constituintes da cidade que os torna muito semelhantes a uma obra de arte: este são uma construção material e além-matéria; são condicionados e condicionantes ao mesmo tempo. Tal "artisticidade" da cidade estaria vinculada à própria qualidade dos fatos urbanos e assim à sua análise e definição e, conseqüentemente, estaria totalmente vinculada à arquitetura da cidade.

Esta concepção da cidade tem-se demonstrado em seu próprio estudo, identificando-se com os artistas de diferentes épocas e nas muitas manifestações da vida social e religiosa, o que é feito através de suas diversas instituições e descrições. E está sempre relacionada a um lugar preciso, ou seja, definido por um lugar, um acontecimento e uma forma na cidade.

Os fatos urbanos, assim como todas as manifestações da vida social, relacionam-se com obras de arte por nascerem da vida inconsciente e, apesar de nascerem a níveis diferentes - já que os primeiros se dão num âmbito coletivo enquanto que os segundos individualmente - têm como denominador comum o público, pois os fatos urbanos que constituem a cidade são produzidos por ele e as obras de arte para ele.

ROSSI (1971) acrescenta que a cidade chega até a ultrapassar a obra de arte por se encontrar entre o elemento natural (objeto da natureza) e o artificial (sujeito da cultura). A cidade seria a própria coisa humana, manufaturada, e disto decorre que a obra de arte se coloca como fato último e decisivo, que dirige a evolução segundo uma finalidade estética que, conseqüentemente, impõe uma forma complexa de estudar a cidade.

Compreender a cidade como obra de arte é entendê-la como uma grande representação da condição humana, representação esta feita através de uma cena fixa e profunda: a arquitetura - coisa humana que dá forma à realidade e conforma a matéria de acordo com uma concepção estética. Daí Aldo Rossi se propor a estudar a cidade a partir dos fatos urbanos e sua arquitetura, que acabam sendo uma coisa só e constituem enfim a obra de arte.

ROSSI (1971)0 ainda coloca que a cidade como obra de arte não pode ser reduzida a algum episódio artístico, ou ainda, à sua legitimidade e não à sua experiência concreta. Ela deve ser levada em conta na totalidade dos fatos urbanos, mesmo que seja necessário - e é o que ele faz - examinar esta arquitetura total em partes.

OS ELEMENTOS PRIMÁRIOS DA CIDADE

Na visão de Aldo Rossi, os elementos primários urbanos caracterizam a formação e a evolução da cidade, identificando-se a princípio com os fatos que constituem a mesma. Logo, a estrutura física urbana estaria constituída pelo conjunto destes elementos, reunidos em áreas nos termos de localização e de construção, de permanências de planos e de permanências de edifícios, de fatos naturais ou de fatos construídos.

Portanto, os elementos primários são atemporais, de natureza essencialmente urbana, e têm caráter público (coletivo), isto é, de coisa pública, feita pela coletividade para a coletividade quando definidos como "fatos fixos". Quanto ao seu aspecto espacial, independentemente de sua função, identificam-se com sua presença na cidade e mesmo desligados de sua função originária continuam como fatos urbanos geradores de uma forma da cidade - é aqui que se

enquadrariam os monumentos, considerados também como elementos primários que possuem um valor acima de seu caráter econômico ou prático.

No sentido geral, os elementos primários equivaleriam àqueles elementos capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, de uma forma mais ampla, caracterizar os processos de transformação espacial do território, funcionando assim como catalizadores. Segundo ROSSI (1971), eles podem ou não ser fatos físicos, construídos e destacáveis, pois mesmo o lugar de um acontecimento pode, pela sua importância, dar origem a transformações espaciais, constituindo-se assim num elemento primário urbano.

Resumindo, esses elementos acabam assumindo um papel efetivamente primário (fundamental) na dinâmica da cidade, pois é mediante eles e na ordem em que estão dispostos que o fato urbano apresenta uma qualidade específica, dada principalmente pela sua persistência num lugar e por desenvolver uma ação precisa ou, em outras palavras, por sua individualidade.

O "LOCUS" URBANO

Conforme ROSSI (1971), o "locus" (sítio) corresponderia à relação (ponto) singular e, sem dúvida, universal, que existe entre determinada situação local e as construções que se encontram neste local. Numa idéia geral, pode-se dizer que da arquitetura participa também o lugar como espaço singular e concreto; entretanto, a essa idéia acrescenta-se aquela de que o "locus" acaba destacando, dentro de um espaço a compreensão de um fato urbano determinado e, conseqüentemente, para a sua individualidade.

Existem "pontos singulares" que equivaleriam a signos concretos do espaço, cuja identificação pode ser por causa de um acontecimento que ocorreu naquele lugar ou ainda devido a outras tantas causas.

A fixação da individualidade de um fato urbano, e conseguinte arquitetônico, estaria então no acontecimento e no signo que o teria fixado; sua identidade estaria assim dada de acordo com a importância do primeiro e a intensidade de conformação do segundo - ambos consistindo basicamente o que viria a equivaler ao "locus".

O "locus", por ser um fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, pela sua dimensão topográfica e pelo sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e modernas, pela sua memória, relaciona-se assim à arquitetura - ao lugar de uma arte -, pressupondo a existência de um fato arquitetônico, e portanto se faz necessário para a fixação da individualidade e de um fato urbano (obra arquitetônica).

AS RAZÕES DA TRANSFORMAÇÃO URBANA

A tese de Maurice Halbwachs, analisada por ROSSI (1971), diz respeito ao caráter das expropriações, de cujo exame decorre a afirmação de que os fatos econômicos são, pela sua natureza, proeminentes na evolução da cidade, de tal forma que acabam gerando leis gerais a serem levadas em consideração no estudo das transformações urbanas.

Esta tese sustenta que os atos de expropriação acabam se diferindo dos demais atos que provocam mudanças de propriedade, além de nunca se apresentarem isoladamente, mas sim

relacionados sempre a um sistema de que fazem parte e que é equivalente ao das tendências do desenvolvimento da cidade.

A tese de Hans Bernoulli, também examinada por ROSSI (1971), aborda a questão da propriedade privada do solo e de sua decorrente subdivisão trazendo juntamente os motivos históricos dessa situação e as conseqüências que isto pode provocar - e provoca - sobre a forma da cidade. Tal tese sustenta a afirmação de que a relação entre a cidade e o solo urbano tem caráter fundamental e indissolúvel, chegando a estabelecer que o solo urbano deve pertencer à coletividade.

Ambos os aspectos, o das expropriações e o da propriedade privada, são salientados por Aldo Rossi, que os considera ricos objetos de estudo e análise para a compreensão da dinâmica das transformações urbanas.

CONCLUSÕES

Examinando a atuação do arquiteto como "desenhista urbano", ROSSI (1971) aponta os seguintes problemas: o distanciamento entre o "pensar" e o "fazer" (separação entre o trabalho intelectual e o prático); os compromissos das normas urbanísticas com os grupos dominantes; a distância entre as intenções idéias e as necessidades reais; e a aplicação de modelos e índices urbanísticos supostamente válidos para todo o planeta.

Como soluções surgem algumas alternativas e perspectivas sugeridas pelo arquiteto. A primeira seria a da interação das atividades intelectuais com aquelas práticas, ou seja, reunir, nas diferentes fases do processo de conhecimento e do processo de desenho urbano, tanto pessoas formadas para pensar como formadas para fazer (executar).

Na proposta de espaços urbanos, o interessante seria que arquitetos, urbanistas e designers, e a população entendessem, propusessem e fizessem juntos. Seria então a união do conhecimento teórico dos intelectuais com o conhecimento empírico das populações, o que acabaria eliminando abstrações, garantindo uma realização efetiva, além de fazer desaparecer os obstáculos existentes entre o intelectual e o espaço urbano, já que o primeiro - o arquiteto como "desenhista urbano" - tem-se colocado atualmente na posição de observador não contido no observado.

Outra alternativa fundamental na formação profissional do arquiteto seria a da eliminação da figura do catedrático - aquele que é tido como o único "proprietário" do saber - e, como conseqüência, o desaparecimento daqueles procedimentos pedagógicos, de natureza fechada e autoritária, aversos ao debate. O professor deixaria então de ser o detentor do conhecimento, que apenas retransmite valores e interesses dos grupos dominantes, para se tornar um orientador que, pelo seu saber e experiência, propor-se-ia para conduzir trabalhos de produção conjunta, tanto a nível interno como externo, isto é, agindo juntamente com o aluno, além de membros da própria comunidade.

É citado no livro de Aldo Rossi também a importância do desenvolvimento de trabalho de aprendizado inseridos numa prática real, o que incentivaria ainda mais a criatividade, levando "a universidade e o pensar à comunidade e ao fazer" (ROSSI, 1971, p.124). Essa ação conjunta, na qual existe uma pesquisa com um verdadeiro propósito indagativo dos processos sócio-espaciais, possibilitaria uma prática social-democratizante e não repressiva do desenho urbano, equivalendo assim a uma condição indispensável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGHIERI, G. Aldo Rossi. Barcelona: Gustavo Gilli, estúdio/Paperback, 1981.
- PORTOGHESI, P. Depois da arquitetura moderna. Lisboa: Edições 7ª, 1985.
- ROSSI, A. Autobiografía científica. Barcelona: Gustavo Gilli, Arquitectura ConTextos, 1981.
- ROSSI, A. La arquitectura de la ciudad. Barcelona; Gustavo Gilli, 1971.
- SHARP, D. Diccionario ilustrado de arquitectos y arquitectos. Barcelona: CEAC, 1993.